

Manifesto: Reconsideração do Inglês como Língua Franca em Contextos Acadêmico-Científicos*

Rethinking English as a Lingua Franca in Scientific-Academic Contexts. A Position Statement

Federico Navarro¹ 
Theresa Lillis² 
Tiane Donahue³ 
Mary Jane Curry⁴ 
Natalia Ávila Reyes⁵ 
Magnus Gustafsson⁶ 
Virginia Zavala⁷ 
Daniela Lauría^{8,9} 
Annabelle Lukin¹⁰ 
Carolyn McKinney¹¹ 
Haiying Feng¹² 
Désirée Motta-Roth¹³ 

¹Universidad de O'Higgins, Rancagua, Chile.

²The Open University, Milton Keynes, Reino Unido.

³Dartmouth College, Hanover, NH, Estados Unidos.

⁴University of Rochester, Rochester, NY, Estados Unidos.

⁵Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile.

⁶Chalmers University of Technology, Gothenburg, Suécia.

⁷Pontificia Universidad Católica de Perú, Lima, Peru.

⁸Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

⁹Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Buenos Aires, Argentina.

¹⁰Macquarie University, Sidney, Austrália.

¹¹University of Cape Town, Cidade do Cabo, África do Sul.

¹²University of International Business and Economics, Pequim, China.

¹³Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

E-mails: navarro@uoh.cl; Theresa.Lillis@open.ac.uk; christiane.donahue@dartmouth.edu; mjcurry@warner.rochester.edu; naavila@uc.cl; magusta@chalmers.se; vzavala@puccp.edu.pe; danielalauria76@gmail.com; annabelle.lukin@mq.edu.au; carolyn.mckinney@uct.ac.za; feng_haiying@outlook.com; mottaroth@gmail.com

COMO CITAR

NAVARRO, Federico; LILLIS, Theresa; DONAHUE, Tiane; CURRY, Mary Jane; ÁVILA REYES, Natalia; GUSTAFSSON, Magnus; ZAVALA, Virginia; LAURÍA, Daniela; LUKIN, Annabelle; MCKINNEY, Carolyn; FENG, Haiying; MOTTA-ROTH, Désirée. Manifesto: Reconsideração do Inglês como Língua Franca em Contextos Acadêmico-Científicos. *Revista da Anpoll*, v.54, n.1, e1926, 2023. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1926>

* A versão original do Manifesto foi publicada em inglês. Neste caso, publicamos a versão traduzida para Português por Silvia Donoso Hiriart, Doutora em Letras, Universidade de Lisboa (sildonosogmail.com), com autorização da revista. A referência da publicação original é a seguinte: Navarro, F., Lillis, T., Donahue, T., Curry, M. J., Ávila Reyes, N., Gustafsson, M., Zavala, V., Lauría, D., Lukin, A., McKinney, C., Feng, H. y Motta-Roth, D. (2022). Rethinking English as a Lingua Franca in Scientific-Academic Contexts. A Position Statement. *Journal of English for Research Publication Purposes*, 3(1), 143-153. <https://benjamins.com/catalog/jerpp.21012.nav>. Outras traduções desta declaração a diferentes línguas se encontram disponíveis em: <https://www.escuritayaprendizaje.cl/elf>

RESUMO: Buscamos discutir alguns pressupostos sobre o uso do inglês como “língua franca” em contextos acadêmico-científicos, identificar o impacto destes pressupostos nas trajetórias de produção e recepção de conhecimentos, e legitimar o uso de múltiplas línguas para a troca acadêmica transnacional. Propomos dez princípios: o uso do inglês quanto “língua franca” acadêmico-científica não sempre promove a inclusão; uma suposta “língua franca” acadêmicoscientífica pode atuar como língua de dominação; uma política de inglês como “língua franca” pode desincentivar as traduções e limitar a participação; as políticas que posicionam o inglês como a “língua franca” acadêmico-científica contemporânea podem sugerir que o conhecimento produzido em inglês é o único que existe; a imposição do inglês como suposta “língua franca” acadêmico-científica é uma manifestação da distribuição desigual da produção e recepção do conhecimento; as línguas/variedades funcionam como recursos potentes para a criação de conhecimento; a escolha de uma língua de publicação ou apresentação é um direito sociolinguístico; a escolha de uma língua de publicação ou apresentação é um ato político; os organizadores de congressos deveriam ter o direito de eleger qual(is) língua(s) fomentar; os organizadores e participantes em congressos deveriam ser criativos e atentos para incluir audiências tão diversas quanto possível.

PALAVRAS-CHAVE: Inglês para fins específicos, Congressos científicos, Produção internacional de conhecimento, Direitos sociolinguísticos, Políticas linguísticas, Decolonialidade.

ABSTRACT: We aim to challenge assumptions made about the use of English as a “lingua franca” in scientific-academic contexts, identify the impact of such assumptions on trajectories of knowledge production and uptake, and legitimize the use of multiple languages for transnational scholarly exchange. We set out ten principles: Using English as a scientific-academic “lingua franca” does not always promote inclusion; A language positioned as a scientific-academic “lingua franca” can act as a language of domination; Positioning English as the “lingua franca” policy may discourage translations and exclude participation; Policies which position English as being the contemporary scientific-academic “lingua franca” may convey the idea that knowledge produced in English is the only knowledge that exists; The imposition of English as a presumed scientific-academic “lingua franca” is a manifestation of the unequal distribution of knowledge production and uptake; Languages/varieties function as powerful resources for knowledge making; Choosing a language for publishing or presenting is a sociolinguistic right; Choosing a language to publish or present in is a political act; Convention organizers should have the right to promote the language(s) of their choice; Convention organizers and scholars should be as creative and sensitive to including as diverse an audience as possible.

KEYWORDS: English for Academic Purposes, Academic Conferences, Global Knowledge Making, Sociolinguistic Rights, Language Policies/Politics, Decoloniality.

Em julho de 2019, no contexto de um congresso internacional de linguística, foram apresentadas duas conferências magistrais em espanhol (a língua majoritária no país anfitrião) sem interpretação simultânea a outras línguas. Esse fato abriu um debate público sobre se o uso de línguas diferentes ao inglês em conferências podia ser considerado uma prática excludente. Embora possa surpreender que seja questionada a legitimidade de usar línguas diferentes do inglês, as pressuposições que existem por trás desse debate se acham amplamente estendidas e, na nossa opinião, devem ser questionadas.

A principal suposição parece ser a ideia de que o inglês é uma “língua franca”, cujo uso fomenta a inclusão e a “eficiência” comunicacional, e ao mesmo tempo acredita-se que outras línguas excluem a uma grande quantidade de participantes. Ainda que essa ideia esteja naturalizada e faça parte do senso comum, trata-se de uma suposição ideológica e que tem consequências concretas para as práticas sociais nas que participamos em contextos acadêmicos. Por exemplo, emprega-se essa noção para argumentar que o inglês deveria ser institucionalizado como língua dos congressos internacionais.

No entanto, trata-se de uma ideia problemática por diversos motivos, entre os quais destacamos os seguintes:

- a. Ignora o fato de que, no mundo, a maior parte das e dos acadêmicos usam diariamente muitas línguas e participam em práticas translinguísticas para realizar investigação. Portanto, estão habituados a navegar no conhecimento por meio de diversas línguas;
- b. Não consegue abordar o aspecto político da linguagem e a produção de conhecimento, particularmente em relação à posição privilegiada do inglês ao interior dos sistemas de avaliação e os desafios que coloca dita posição para sustentar conhecimentos e trocas equitativas noutras línguas;
- c. Não aborda alguns dos problemas fundamentais que têm sido propostos em relação às direcionalidades da troca de conhecimento e à importância da diversidade linguística e semiótica para construir trocas mais igualitárias entre, por exemplo, o Norte e o Sul global, centro(s) e periferia(s), Ocidente e Oriente.

Como acadêmicas e acadêmicos de diferentes regiões, comprometidos com o desejo do conhecimento – e a participação na produção de conhecimento – em diferentes línguas, tradições e direções, acreditamos que o debate sobre a língua para a troca acadêmico-científica não se trata simplesmente de um assunto de habilidades comunicativas e soluções tecnológicas, mas também – e especialmente – de uma questão de igualdade nas dinâmicas e oportunidades de criação de conhecimentos. Ainda mais, as línguas que se selecionam e legitimam para a troca acadêmico-científica impactam diretamente nas histórias e trajetórias, individuais e coletivas, de produção e recepção de conhecimento, e são centrais para as identidades linguísticas e sociais, para as políticas públicas, e para a garantia de direitos.

Desse modo, nesta declaração estabelecemos dez princípios para fomentar o debate acerca de como e por que, como comunidades científicas de diversos campos disciplinares e regiões, deveríamos utilizar diferentes línguas e variedades para promover o diálogo transnacional em contextos acadêmico-científicos. Estes princípios devem ser lidos em conjunto, já que expressam diferentes dimensões, alcances e ações relacionadas ao mesmo problema.

1. *O uso do inglês como “língua franca” acadêmico-científica não sempre promove a inclusão.* O próprio uso da frase “língua franca” para se referir ao inglês é problemático, já que distorce de muitos modos o que poderia chegar a ser uma língua franca acadêmica (isto é, constituída por muitas línguas, em lugar de apenas uma). Adicionalmente, dá a entender que o inglês é efetivamente uma língua compartilhada, que é igualmente fácil e acessível para ser usada por todos, o qual não é certo. Muitas e muitos acadêmicos não usam o inglês no seu labor acadêmico-científico (ou não como parte central dele). Portanto, escrever e apresentar em inglês demanda-lhes tempo, trabalho e, com frequência, custos financeiros adicionais. Por outro lado, também acontece que os níveis de proximidade e confiança em relação ao inglês acadêmico são enormemente variados. Que muitos acadêmicos possam se comunicar de forma muito eficaz em inglês como segunda língua não significa que também possam fazê-lo outros acadêmicos das mesmas comunidades. Evidentemente, pode ser que o desejo de uma “língua franca” para a comunicação científica seja considerado como algo “apolítico”. Porém, o uso (e a conseqüente imposição) do inglês como a

única “língua franca” priva outras línguas, culturas e infraestruturas de produção de conhecimento das mesmas oportunidades para participar nas discussões acadêmicas globais. Portanto, é inexato considerar que o uso obrigatório do inglês como uma “língua franca” supõe automaticamente uma alternativa inclusiva e concordada de comunicação. Ao mesmo tempo, a ideia monolítica de uma “língua franca” é um mito, pois nenhuma língua é uniforme, pelo contrário, as línguas apresentam uma ampla gama de variações regionais, sociais e disciplinares entre falantes com repertórios linguísticos heterogêneos e habituados a diferentes práticas de literacidade acadêmica.

2. *Uma suposta “língua franca” acadêmico-científica pode atuar como língua de dominação.* Toda língua posicionada como a “língua franca” acadêmico-científica em um determinado momento geo-histórico é frequentemente também uma língua para a dominação, exploração e colonialidade do conhecimento. Isto quer dizer que o fato de ter dita língua em comum não significa apenas contar com um meio potencial para a comunicação transnacional de conhecimento acadêmico-científico, também entrega possível evidência de relações de dominação passadas ou atuais entre grupos sociais, suas culturas e seus patrimônios. Esse imperialismo linguístico reproduz a divisão desigual do poder e dos recursos simbólicos e materiais, e explica por que eleger línguas alternativas ou “menorizadas” é frequentemente uma forma de posicionamento político contra-hegemônico e um tipo de intervenção ativa. Finalmente, a colonialidade e a dominação também se reproduzem na periferia. Por exemplo, o inglês pode ser uma língua imperialista para um falante de espanhol; mas o espanhol, por sua vez, pode ser uma língua imperialista para um falante de outras línguas dentro da Espanha ou de línguas indígenas latino-americanas.
3. *As políticas que posicionam o inglês como “língua franca” podem desincentivar as traduções e limitar a participação.* Se pressupormos que todos os acadêmicos de um campo estão familiarizados com o inglês, existirá pouco interesse em oferecer interpretação multilíngue em congressos, promover traduções de obras a outras línguas ou aprender mais línguas já sendo falante de inglês. Por outro lado, perdemos o profundo valor de ter que entender as perspectivas e epistemologias que se vivem através das diversas línguas. Desse modo, posicionar o inglês como uma “língua franca” pode fortalecer a produção de conhecimento em determinadas regiões, enquanto ao mesmo tempo pode desincentivar a produção de conhecimento no resto do mundo. Noutras palavras, o uso do inglês como “língua franca” pode fomentar uma falta de reciprocidade. Para promover o uso de línguas que não sejam o inglês para a comunicação acadêmica, devemos reconhecer as barreiras existentes. Por exemplo, o fato de os acadêmicos terem que investir para aprender e usar o inglês de antemão pode desincentivar que elejam outras línguas para publicarem o apresentarem; pode ser que os editores de revistas acadêmicas e os organizadores de conferências estejam preocupados por seus leitores ou audiências; e pode ser que a infraestrutura local para a produção de conhecimento requeira de mais desenvolvimento (por exemplo, é possível que existam poucas revistas acadêmicas locais). Apesar daquilo, somos otimistas e pensamos que essas barreiras podem ser superadas por meio de giros ideológicos e recursos materiais (como tecnologia avançada para a tradução automática).

4. *As políticas que colocam o inglês como a “língua franca” acadêmico-científica contemporânea podem sugerir que o conhecimento produzido em inglês é o único que existe.* Muitas vezes parece como se o alcance, os conselhos editoriais e a língua de publicação das revistas acadêmicas mais valorizadas – bem como a língua e nacionalidade dos palestrantes e editores de manuais internacionais com mais prestígio – equiparassem “conhecimento escrito em inglês” à “investigação de escala mundial”. Muitas vezes, este monopólio acadêmicocientífico não reconhece as tradições intelectuais desenvolvidas em lugares e línguas fora do centro anglófono. Portanto, a necessidade de reconhecimento não é apenas uma questão de inclusão ou ação afirmativa: a produção acadêmica em regiões e línguas diferentes da inglesa é próspera e está crescendo, e o mundo anglófono monolíngue deve dialogar também com ela. Se um acadêmico proveniente dessas tradições minorizadas decidisse não reconhecer os estudos escritos em inglês, certamente seria objeto de críticas ou, diretamente, não seria aceito nem publicado; muitas vezes, a não inclusão das tradições anglófonas é considerada equivalente ao não reconhecimento de trabalhos que costumam ser considerados fundamentais em muitas disciplinas.
5. *A imposição do inglês como suposta “língua franca” acadêmico-científica é uma expressão da distribuição desigual da produção e recepção de conhecimento.* Não é comum que os debates sobre alguma “língua franca” incluam reflexões sobre o problema da distribuição desigual de oportunidades para participar em conversas transnacionais. Uma acadêmica localizada em um país anglófono pós-industrial pode investigar praticamente sobre qualquer assunto, geral ou particular, teórico ou aplicado, situado geograficamente ou transcendendo fronteiras, e sua investigação provavelmente receberá mais atenção do que o trabalho desenvolvido por uma acadêmica da periferia. Ainda mais: a produção acadêmica de países anglófonos e pós-industriais tem o poder de validar – ou não – assuntos de interesse acadêmico em nível transnacional, bem como o de legitimar conhecimento ou “fatos” produzidos em outras regiões. Em contraposição, é muito difícil que seja validada como uma contribuição legítima para os debates internacionais a investigação de uma acadêmica da periferia, que escreve na sua língua local e que se alimenta de literatura que não é em inglês; com demasiada frequência, esses trabalhos recebem legitimidade apenas em termos de ser uma mostra da sua cultura. Essa distribuição colonial do trabalho intelectual não é um mecanismo meramente unilateral do centro para a periferia, mas pode ser reforçado em e desde a periferia. Por último, essa colonialidade do conhecimento não é unicamente uma questão de poder simbólico e validação, mas também se relaciona com a desigual distribuição socioeconômica e estrutural das condições para produzir conhecimento e participar em nível global. Portanto, deveríamos analisar as nossas atuações e afirmações acadêmicas a fim de determinar se estamos simplesmente reproduzindo essa colonialidade do conhecimento ou, em lugar disso, contribuindo para transformá-la.
6. *As línguas e variedades atuam como poderosos recursos para a produção de conhecimento.* A linguagem não é um simples meio de comunicação transparente. Antes, as línguas refletem os recursos disponíveis nos seus contextos e carregam histórias de uso e significado, de modo que incluem conceitos e tradições intelectuais particulares

que talvez não possam ser bem traduzidos para ou desde uma “língua franca” acadêmica. Em nível individual, usar uma língua de preferência pode permitir maior criatividade, conceptualização e precisão. Pelo contrário, usar o inglês como “língua franca” poderia promover marcos e recursos específicos – em nível discursivo, sintático e léxico – para a criação de significados que estejam implicitamente baseados em culturas, tradições e epistemologias hegemônicas. Como acadêmicas e acadêmicos, deveríamos esforçar-nos por sustentar fontes intelectuais diversas para a criação de significado – em lugar de restringi-las – com o objetivo de evitar pontos cegos, expor necessidades e oportunidades locais e promover inovações teóricas.

7. *Eleger uma língua para publicar ou apresentar é um direito sociolinguístico.* Todo investigador ou investigadora deveria ter o direito de apresentar e trocar ideias na língua da sua preferência, tanto em palestras magistrais quanto em outros gêneros acadêmico-científicos. O fato de que uma audiência possa não conhecer uma língua ou variedade particular não deveria significar que essa língua tenha que ser excluída ou que usá-la seja excludente. Porém, resguardar o direito de usar a sua/nossa própria língua na comunicação acadêmico-científica torna-se estruturalmente desafiante no contexto das políticas da(s) língua(s) e a produção de conhecimento, bem como da posição privilegiada que tem tido o inglês dentro dos regimes de avaliação, tanto institucional quanto historicamente. Esse direito fica ainda mais limitado no âmbito da publicação: as revistas acadêmicas internacionais e indexadas mais influentes publicam apenas em inglês. Desse modo, a maioria dos acadêmicos que usam outras línguas para escrever não têm sequer a oportunidade de serem publicados. Esse fato é particularmente preocupante para acadêmicas e acadêmicos de países – normalmente em vias de desenvolvimento – com regimes de avaliação que lhes exigem publicar nesse tipo de revistas para aprovar suas revisões e ascender nas suas carreiras, bem como para efeitos de acreditação institucional. Um caminho fundamental para deixar para trás essa desigualdade é a criação de revistas multilingues e artigos publicados na sua língua original junto com traduções ao inglês e outras línguas – o que é habitual em revistas sem fins lucrativos e de regiões periféricas –, e também a inclusão de temáticas e regiões sub-representadas e de formas de escrita não canônicas.
8. *Escolher uma língua de publicação ou apresentação é um ato político.* A língua que elege uma acadêmica ou acadêmico para apresentar, publicar e trocar ideias não depende unicamente da comunicação ou da sua competência linguística, mas também está relacionada a uma identidade e posicionamento político, explícito ou implícito, intencionado ou não. Apresentar na(s) língua(s) da nossa comunidade, infância, país ou região quando dita língua não é usada normalmente em atividades acadêmico-científicas dá legitimidade aos trabalhos que estão sendo realizados nessa(s) língua(s), e é uma forma de sustentar tradições de produção de conhecimento. Além disso, tomar a decisão de apresentar ou escrever em uma língua diferente do inglês é também um ato produtivo em termos de desafiar a normatividade e hegemonia do inglês. Esse tipo de ações contribui para impulsionar transformações e tem se tornado mais frequente nos últimos anos, apesar de que o acesso desigual aos recursos materiais e simbólicos limita esse esforço emancipatório.

9. *Os organizadores de congressos deveriam ter o direito de fomentar a(s) língua(s) da sua preferência.* Os comitês organizadores deveriam ter a capacidade de promover determinadas línguas, que suponham determinados posicionamentos políticos dentro do seu contexto. Uma conferência apresentada em uma língua local ou minorizada pode ser excludente para certos assistentes e ao mesmo tempo inclusiva para outros. Ainda mais importante é que esse tipo de evento poderia instalar a ideia de que é necessária mais investigação e troca acadêmica nessa língua, bem como fomentar que os membros da comunidade explorem e aprendam uma diversidade de línguas, epistemologias, histórias e culturas. Deveríamos ter a disposição para nos esforçarmos mais para aprender a entender em línguas que não conhecemos. Na mesma linha, pode-se investir em recursos tradutológicos relacionados a determinadas línguas de interesse como uma forma de ação afirmativa (como línguas de sinais ou de povos originários locais), ao invés de destinar esses recursos a uma “língua franca” acadêmico-científica. Por outro lado, um acadêmico poderia levar em consideração quais línguas aceitam e fomentam os congressos no momento de decidir a qual irá assistir.
10. *Os organizadores de encontros e os acadêmicos deveriam ser tão criativos e atentos quanto possível para incluírem as mais diversas audiências.* Apesar das dificuldades e das implicações das línguas que possam ser usadas nos encontros acadêmico-científicos, seus organizadores e participantes deveriam aproveitar os diferentes meios disponíveis para ajudar audiências diversas para participarem na conversa mediante práticas formais ou informais de interpretação. Algumas estratégias bem-sucedidas que têm sido usadas em congressos internacionais são: a projeção de diapositivos escritos em uma língua com apresentação oral em outra língua; a mudança de variedade ou língua sem restrição através das apresentações; interpretação simultânea em línguas adicionais (e, no caso dos países anglófonos, em outras línguas); a entrega de notas traduzidas; e as legendas diretas ou interpretação a língua de sinais do ou da palestrante. Existem, ainda, formas tecnológicas e criativas de promoção para uma participação mais ampla, não sempre limitadas pelo orçamento, a fim de evitar a exclusão e segregação se um acadêmico decide usar uma língua local ou minorizada.

Embora os princípios que temos descrito possam não ser novos, eles oferecem uma base comum para o debate e o planejamento de congressos acadêmicos e projetos de publicação. Consideramos que a discussão pública e explícita destes temas é importante e ficamos abertos para as oportunidades de aprofundar este debate com o propósito de modificar, acrescentar matizes e revisar estes princípios à luz das contribuições que puderem ser feitas desde regiões, tradições e línguas diferentes à nossa.

OUTRAS TRADUÇÕES DESTA DECLARAÇÃO A DIFERENTES LÍNGUAS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<https://www.escriturayaprendizaje.cl/elf>

REFERÊNCIAS RECOMENDADAS

A lista que incluímos a seguir tem o propósito de mostrar trabalhos que consideramos que informam ou apoiam os princípios traçados

Asociación de Lingüística y Filología de América Latina. (2017). Por una ciencia y educación superior pública, gratuita, crítica, humanista e intercultural, basada en modelos plurilingües de investigación y docencia. *Position statement of the Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*. <http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/proyectos/ConvP8.pdf>

Arnoux, E. (2016). Minorización lingüística y diversidad: en torno al español y al portugués como lenguas científicas. In M. V. Carvalho Garcia, G. Ribeiro Pereira, F. Berto, & S. Schernikau Soares Akasha (Eds.), *Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística* (pp. 290-306). Iphan.

Bernárdez, E. (2008). *El lenguaje como cultura*. Alianza.

Blommaert, J. (1999). The debate is open. In J. Blommaert (Ed.), *Language ideological debates* (pp. 1-38). De Gruyter Mouton.

Blommaert, J. (2010). *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge University Press.

Blommaert, J., & Backus, A. (2011). Repertoires revisited: ‘Knowing language’ in superdiversity. *Working Papers in Urban Language and Literacies*, 67, 1-26.

Canagarajah, A. S. (2002). *A geopolitics of academic writing*. University of Pittsburgh Press.

Castro-Gómez, S. (2007). Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 79-91). Siglo del Hombre Editores.

Curry, M. J., & Lillis, T. (2018). Problematizing English as the privileged language of global academic publishing: Policies, perspectives and pedagogies. In M. J. Curry & T. Lillis (Eds.), *Global academic publishing. Policies, perspectives and pedagogies* (pp. 1-20). Multilingual Matters.

del Valle, J. (2021). On the future of IJSL: Trans-collaboration and how to overcome the structural constraints on knowledge production, distribution and dissemination. *International Journal of the Sociology of Language*, 2021(267-268), 85-89. <https://doi.org/10.1515/ijsl-2020-0075>

Demeter, M. (2020). *Academic knowledge production and the global south. Questioning inequality and under-representation*. Palgrave Macmillan.

Donahue, C. (2009). “Internationalization” and composition studies: Reorienting the discourse. *College Composition and Communication*, 61(2), 212-243.

Duchêne, A. (2020). Multilingualism: An insufficient answer to sociolinguistic inequalities. *International Journal of the Sociology of Language*, 263, 91-97. <https://doi.org/10.1515/ijsl-2020-2087>

Duchêne, A., Ellece, S. E., Tupas, R., Sabaté-Dalmau, M., Unamuno, V., & Urla, J. (2021). Welcome on board! Prefiguring knowledge production in the sociology of language. *International Journal of the Sociology of Language*, 2021(267-268), 3-8. <https://doi.org/10.1515/ijsl-2021-2121>

Eagleton, T. (1991). *Ideology: An introduction*. Verso.

Gal, S., & Irvine, J. T. (1995). The boundaries of languages and disciplines: How ideologies construct difference. *Social Research*, 62(4), 967-1001.

- Halliday, M. A. K. (2003). Written language, standard language, global language. *World Englishes*, 22(4), 405-418. <https://doi.org/10.1111/j.1467-971X.2003.00309.x>
- Horner, B. (2017). Written academic English as a lingua franca. In J. Jenkins, W. Baker, & M. Dewey (Eds.), *The Routledge handbook of English as a lingua franca* (pp. 413-426). Routledge.
- Horner, B., NeCamp, S., & Donahue, C. (2011). Toward a multilingual composition scholarship: From English only to a translingual norm. *College Composition and Communication*, 63(2), 269-300.
- Kramsch, C., Lévy, D., & Zarate, G. (Eds.). (2008). *Précis du plurilinguisme et du pluriculturalisme*. Editions des Archives Contemporaines.
- Lillis, T. (2012). Economies of signs in writing for academic publication: The case of English medium “national” journals. *Journal of Advanced Composition*, 32(3-4), 695-722.
- Lillis, T., & Curry, M. J. (2010). *Academic writing in a global context. The politics and practices of publishing in English*. Routledge.
- Lillis, T., Hewings, A., Vladimirov, D., & Curry, M. J. (2010). The geolinguistics of English as an academic lingua franca: Citation practices across English-medium national and English-medium international journals. *International Journal of Applied Linguistics*, 20(1), 111-135. <https://doi.org/10.1111/j.1473-4192.2009.00233.x>
- Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>
- May, S. (2014). Contesting public monolingualism and diglossia: Rethinking political theory and language policy for a multilingual world. *Language Policy*, 13(4), 371-393. <https://doi.org/10.1007/s10993-014-9327-x>
- Mignolo, W. (2010). Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society*, 26(7-8), 159-181. <https://doi.org/10.1177/0263276409349275>
- Mignolo, W. (2015). Yes, we can. In H. Dabashi (Ed.), *Can non-Europeans think?* (pp. 10-38). Zed Books.
- Morales-Gálvez, S., & Cetrà, D. (2021). Regulating language: Territoriality and personality in plurinational Spain. *Ethnicities*. <https://doi.org/10.1177/14687968211050180>
- Muchiri, M. N., Mulamba, N. G., Myers, G., & Ndoloi, D. B. (1995). Importing composition: Teaching and researching academic writing beyond North America. *College Composition and Communication*, 46(2), 175-198.
- Navarro, F. (2022). The unequal distribution of research roles in transnational composition: Towards illegitimate peripheral participation. In C. Donahue & B. Horner (Eds.), *Teaching and studying transnational composition* (pp. 17-33). Modern Language Association.
- Pennycook, A., & Makoni, S. (2020). *Innovations and challenges in applied linguistics from the global south*. Routledge.
- Phillipson, R. (1992). *Linguistic imperialism*. Oxford University Press.
- Rigg, J. (2007). *An everyday geography of the global south*. Routledge.
- Rojo, L. M. (2021). Hegemonies and inequalities in academia. *International Journal of the Sociology of Language*, 2021(267-268), 169-192. <https://doi.org/10.1515/ijsl-2020-0077>
- Santos, B. d. S. (2018). *The end of the cognitive empire. The coming of age of epistemologies of the south*. Duke University Press.

Segato, R. (2012). Brechas descoloniales para una universidad nuestroamericana. *Revista Casa de las Américas*, 266, 43-60.

Sello, K. J. (2019). Multilinguisme et injustice sociale linguistique au Botswana. *Multilinguales*, 11. <https://doi.org/10.4000/multilinguales.4012>

Woolard, K. A. (1998). Language ideology as a field of inquiry. In B. B. Schieffelin, K. A. Woolard, & P. V. Kroskrity (Eds.), *Language ideologies: Practice and theory* (pp. 3-50). Oxford University Press.

Zavala, V. (2019). Justicia sociolingüística para los tiempos de hoy. Íkala, *Revista de Lenguaje y Cultura*, 24(2), 343-359. <https://doi.org/10.17533/udea.ikala.v24n02a09>